



Apresentação

Este boletim temático tem o propósito de divulgar a atuação do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia do Covid-19. Instituído pelo Procurador-Geral da República, Augusto Aras, no dia 16 de março, o Giac Covid-19 já realizou dezenas de reuniões e adotou providências para oferecer suporte ao trabalho de membros do Ministério Público brasileiro na prevenção e no combate à transmissão do novo coronavírus. A primeira edição detalha assuntos discutidos e os encaminhamentos feitos ao longo desta quinta-feira (26).

O que está sendo feito?

1. Criação de grupos regionais de articulação

Foram criados no âmbito dos estados grupos de trabalho integrado compostos por representantes do Ministério Público (MPF, MPE e MPT) e das secretarias estaduais e municipais de saúde, indicados por meio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Esses grupos terão autonomia para atuar na solução das questões locais e acionarão o Giac-Covid-19 para obter informações necessárias ao andamento do trabalho e à resolução dos problemas.

Nesses casos, o Giac buscará as respostas junto aos órgãos federais que atuam em cada temática. Para isso, estão sendo intensificados os canais de comunicação com esses órgãos.



2. Reunião com a Casa Civil

Nesta quinta-feira (26), coordenadores do Giac estiveram na Casa Civil da Presidência da República, constatando que o Comitê de Crise foi estruturado com representantes de todos os órgãos do Governo Federal direta ou indiretamente envolvidos no enfrentamento à pandemia, acompanhando em tempo real os acontecimentos e buscando soluções coordenadas em todos os níveis estatais. Na reunião, aventou-se a possibilidade de o Giac designar membros do Ministério Público para integrar o Gabinete de Crise, facilitando o encaminhamento das questões apontadas pela nossa instituição.

3. Acordos de cooperação técnica

O trabalho do Giac e dos grupos visa a estimular sempre a busca de soluções dos problemas junto aos órgãos federais, evitando a judicialização não apenas nas questões relacionadas diretamente à saúde.

Com esse propósito, está sendo firmado acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde, Anvisa, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) que oficializa a atuação integrada no combate à epidemia.

Na manhã desta quinta-feira (26), em reunião que contou com a presença de representantes do Giac, do procurador-geral da República, Augusto Aras, do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, e de assessores, ficou definido que um acordo semelhante será firmado entre o Gabinete Integrado e o Ministério das Infraestrutura. A atuação articulada deve alcançar, sobretudo, setores de transporte, fundamentais neste momento para assegurar, por exemplo, o transporte e a distribuição de medicamentos, equipamentos de segurança e alimentos.

O trabalho será acompanhado pela Câmara do Consumidor e Ordem Econômica (3CCR) do MPF, sob a coordenação do subprocurador-geral da República Luiz Augusto dos Santos Lima, também presente à reunião.

Na reunião, o ministro prestou informações importantes sobre a situação atual. Quanto ao transporte rodoviário de cargas, ressaltou que os decretos



estaduais estão sendo ajustados para permitir, por exemplo, abertura e funcionamento de restaurantes, para assegurar à alimentação dos caminhoneiros, além de borracharias e oficinas.

No âmbito do transporte interestadual, explicou que está em discussão a adequação das normas para atender às necessidades sanitárias, diante da grande demanda existente. Muitas pessoas que foram trabalhar em outros estados não têm condições de permanecer e precisam retornar aos seus estados de origem.

O ministro salientou, ainda, a importância de se manter uma malha aérea mínima diária, até por conta da demanda que haverá para deslocamento e distribuição de kits de testagem rápida, respiradores e demais equipamentos de proteção. No setor portuário, as operações foram mantidas, principalmente por se tratar de um ano de safra recorde, sendo adotadas medidas sanitárias protetivas para os trabalhadores portuários.

4. Distribuição de vacinas contra a gripe no RN

Um dos assuntos já levados pelo Giac ao Ministério da Saúde é a necessidade de se garantir, com prioridade, a distribuição de vacinas contra a gripe comum no estado do Rio Grande do Norte.

A providência foi solicitada após contato de membros focalizadores que relataram risco de surto de H1N1 no estado, o que poderia ampliar os problemas pela simultaneidade com a transmissão do novo coronavírus. Tão logo haja resposta do Ministério, a informação será repassada aos membros do estado.

5. Entrega de equipamentos e testes em cidades da Região Norte

Também nesta quinta (26), o Giac recebeu a informação de que o governo federal já adotou providências para garantir a chegada de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), kits para testes da Covid-19 e outros medicamentos a cidades do interior da região norte. A questão foi trazida ao Gabinete Integrado pelos membros focalizadores da região que constataram a falta dos produtos.



O Ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, informou que, em conjunto com a Anvisa, a pasta definiu uma rede de transporte para garantir que o material chegue até a população. O material será levado até as capitais por via aérea. Em seguida, numa segunda etapa, os produtos serão transportados pela via fluvial ou pela Força Aérea Brasileira (FAB).

O ministro também informou estar sendo criada uma rede que inclui as companhias aéreas, empresas de táxi aéreo, de cabotagem e outros modais para assegurar a continuidade das entregas desses insumos em todo o país, comprometendo-se a encaminhar ao Giac as informações de logística e distribuição dos materiais de proteção e testagem que, na próxima segunda-feira, chegarão ao Brasil no Aeroporto de Guarulhos.